

APRESENTAÇÃO

Esta edição reúne artigos que exploram um conjunto de temas caros à sociologia política, todos coincidentemente relacionados às linhas de investigação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (embora nenhum deles resulte de pesquisa realizada no PPGSP).

“Desemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas e lutas sociais: a trajetória e os desafios do movimento social AC!”, de Elaine Amorim, dialoga com os temas de interesse da linha Mundos do Trabalho. A autora discute o processo de flexibilização do sistema de proteção social destinado aos desempregados franceses e analisa a trajetória do movimento social AC! (*Agir ensemble contre le chômage!* [Agir juntos contra o desemprego!]), que, a partir de 1993, promoveu mobilizações contra o desemprego na França. Com base em trabalho de campo realizado em Paris por meio de pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas qualitativas junto às lideranças e observação participante em assembleias, reuniões e manifestações, o estudo aponta que “a novidade da AC! em relação a outros movimentos de desempregados franceses surgidos nas últimas décadas reside nas especificidades da sua formação: originou-se a partir da articulação de sindicalistas críticos ao recuo político-ideológico do sindicalismo francês, tendo como plataforma reivindicativa a redução da jornada de trabalho e a repartição das riquezas, além de se constituir, originalmente, muito mais como um movimento *contra* o desemprego”.

Alguns temas do interesse da linha “Cultura, Educação, Gênero, Gerações e Etnias” são o objeto de “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político”. No texto, Livia De Tommasi apresenta resultados de sua pesquisa sobre manifestações culturais nas periferias do Recife, do Rio de Janeiro e de São Paulo, que ela interpreta sob a perspectiva da política contemporânea, conforme tratada por Chantal Mouffe e Jacques Rancière. A respeito do acionamento identitário dos artistas da periferia

paulistana, por exemplo, ela observa que “opera uma afirmação política, enquanto reivindicação do pertencimento territorial a uma periferia simbolicamente unificada como alteridade, contraposta ao centro dominante; apela para o reconhecimento político de uma alteridade positivada. Representa, como eles dizem, um ‘ato de resistência’”. Mas a percepção dos agentes não corresponde, necessariamente, ao efeito de seus atos. “Quando esse acionamento identitário vira produto de mercado e é capturado pelo discurso oficial, como no contexto da celebração do talento artístico dos moradores das favelas (que seriam “naturalmente criativos”) operada pelo discurso que projeta a imagem de uma cidade supostamente ‘integrada’, vêm à tona seus limites políticos”, nota a autora.

Em “Novos diálogos entre Estado e sociedade: três parcerias do Ministério Público com ONGs”, Mario Luis Grangeia trata de temas que, no PPGSP, são discutidos pelas linhas “Estado, mercado, empresariado e sistema financeiro” e “Movimentos sociais, participação e democracia”. O autor recorre ao modelo de ação coletiva de Charles Tilly, criado para estudar a conversão de lutas pelo poder político em revoluções, para examinar atuações conjuntas de agentes sem ímpeto revolucionário. Grangeia aplica os quatro fatores apontados por Tilly – interesses, organização, mobilização e oportunidade – no estudo de parcerias do MP Federal com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), para acessibilidade dos edifícios públicos no Rio de Janeiro; a Escola de Gente, para inclusão de alunos com deficiência no ensino regular; e a SaferNet, no combate à pedofilia e à discriminação na internet. A avaliação dos padrões de interação entre Estado e sociedade aponta para “possíveis obstáculos a esses diálogos, como o insulamento e o ceticismo de uma das partes – o órgão estatal, nesse caso –, o personalismo, a necessidade de legitimação das ONGs, além de suas relações de *accountability*”.

A análise de políticas públicas é um objeto que atravessa os interesses de várias linhas de investigação do PPGSP, em especial de “Ideias, instituições e práticas políticas”. Um quadro teórico que integre ideias, instituições e valores para a análise de políticas públicas, a partir da interlocução entre a abordagem cognitiva e a “economia das convenções”, é a proposta do artigo de Paulo André Niederle e Catia Grisa. Os autores sugerem que os princípios normativos sublinhados pelos teóricos das convenções oferecem uma complementação

aos instrumentos cognitivos. “Os valores emergem como princípios que legitimam as ideias e os interesses, oferecendo um fundamento moral para os ‘compromissos’ que fundam a ação pública em uma ordem negociada por diferentes atores. Por sua vez, a abordagem cognitiva empresta à economia das convenções uma leitura dos dispositivos coletivos mais próximos à realidade dos atores, que não recorrem necessariamente a valores para construir seus discursos e práticas”, argumentam os autores de “Ideias e valores: a análise da ação pública a partir das interfaces entre a abordagem cognitiva e a economia das convenções”. Mediadores ou porta-vozes que participam de maneira privilegiada da construção da ação pública atuam como tradutores dos princípios cognitivos e quadros normativos.

Os dois últimos artigos refletem temas de interesse da linha de pesquisa “Meio ambiente e desenvolvimento rural e urbano”. Osmar Tomaz de Souza e seus colegas analisam as particularidades relacionadas à regulação do espaço rural no desenvolvimento da região metropolitana de Porto Alegre, uma das maiores aglomerações urbano-industriais do país. Em “Meio Ambiente e Desenvolvimento na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma abordagem a partir do espaço rural”, os autores caracterizam a agricultura e o rural portoalegrenses, analisam sua dinâmica socioeconômica recente e a diversidade de funções que exercem. “A nova imagem da agricultura e do rural obriga as políticas públicas a revisar suas lógicas e orientações, o que parece ser mais demorado nos contextos em que o urbano e as atividades a eles associados estão mais evidenciada do que as atividades rurais”, concluem. “É aí que o rural aparenta ser mais ‘invisível’ às políticas de desenvolvimento”.

Em “Conflitos entre a pesca artesanal e a Estação Ecológica de Tamoios e as novas possibilidades de gestão pesqueira para a Baía de Ilha Grande/RJ”, Fátima Karine Pinto Joventino, Sidney Lianza e Rosa Maria Formiga Johnsson analisam o projeto “Desenvolvimento e Gerenciamento dos Sistemas de Gestão da Aquicultura e Pesca na Baía de Ilha Grande”, conhecido como “Acordo de Pesca-BIG”, depois cunhado como G-PESCA-BIG. O projeto destina-se a mediar conflitos envolvendo a pesca artesanal e a Estação Ecológica de Tamoios, no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Os autores acompanharam reuniões e realizaram entrevistas com pescadores de Angra dos Reis e Paraty, com representantes do poder público local e com chefes de Unidades de Conservação. Os pesquisadores concluem que, na região, vêm se delineando

novos espaços de participação e discussão dos problemas socioambientais, com a participação dos pescadores artesanais. “O reconhecimento das instituições locais e do conhecimento tácito dos pescadores como atores legítimos deste processo, torna-se uma condição necessária para o sucesso de qualquer tipo de política pesqueira que se proponha a ser cogerenciada e que vise à conservação dos recursos e a sustentabilidade das comunidades tradicionais”.

Apenas uma das linhas de investigação do PPGSP, “Modernidade, ciência e técnica”, não tem nesta edição de *Política & Sociedade* um artigo diretamente de seu interesse. Apesar disso, os textos aqui reunidos de certo modo representam a diversidade de objetos que conforma o Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado), que em 2013 celebra os 35 anos da criação de seu mestrado.

Ary Cesar Minella
Jacques Mick
Editores